

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil

Class.: 78

Data: 21 de janeiro de 1984

Pg.: _____

Antropólogos rompem com a Vale em questão de índios

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) rompeu ontem convênio firmado com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para assessorar o atendimento aos índios — estimados entre 8 mil e 10 mil — radicados na área de construção da Estrada de Ferro Otaqui-Carajás. A ABA, que foi convidada pela CVRD para participar dos trabalhos por recomendação do Banco Mundial (BIRD), já vinha há dois anos fazendo relatórios e denúncias sobre a má aplicação dos 13 milhões 500 mil dólares, administrados pela Funai, para atendimento aos índios.

O presidente da entidade, Gilberto Velho, disse que os relatórios dos antropólogos vinham mostrando à CVRD que os recursos estavam sendo aplicados na compra de tratores ou até de lancha voadora, equipamentos que nem sempre atendem às necessidades dos índios. Isto em detrimento da aquisição de remédios e do tratamento médico, para controle de doenças como malária ou até gripes, que podem causar a morte dos índios. A Funai não vinha demarcando as terras ou, se o fazia, era sem critério.

Luta pelo poder

— Foi a CVRD — explica Gilberto Velho — que nos contactou. Sentimos que havia recomendações do BIRD que financia parte do Projeto Carajás e é uma instituição muito preocupada com os direitos humanos e a ecologia. Embora tivéssemos severas restrições ao empreendimento (como a todas as obras desse tipo, Tucuruí, por exemplo) achamos que, neste caso, poderíamos dar contribuições para minorar os efeitos negativos que, sem dúvida, a construção da ferrovia acarretará às populações indígenas.

Ele conta — e destaca que esta posição está bem clara na carta que a ABA enviou ao presidente da CVRD, Eliezer Baptista — que a Funai, durante dois anos, pouco ou nada fez para melhorar a situação dos índios na região. Frisou que a gota d'água para o rompimento do convênio foi a proibição, pela Funai, da presença de antropólogos da ABA nas frentes de trabalho. Gilberto Velho classifica o veto como político e diz que o fato foi relatado à CVRD há dois meses, mas nada foi feito. Por isto, decidiram, definitivamente, se retirar do convênio e tornar públicas as denúncias.

— Sabemos que a Vale — diz — sempre esteve atenta às nossas denúncias e passou à Funai os relatórios. Mas, certamente, há uma disputa de poder entre os órgãos. Há meses, a Funai nos procurou acusando nossos antropólogos de “insuflarem” os índios contra a Fundação. Pediu-nos que indicássemos outros pro-

fissionais e que déssemos uma lista para a escolha de novos nomes. Mas nos negamos a isto, seria imoral. Sentimos que a Vale está atenta ao problema, se bem não consiga, não possa ou não queira atuar contra a Funai.

Casos graves

Auxiliando Gilberto Velho, as antropólogas Ione de Freitas Leite (coordenadora da assessoria indígena da ABA) e Iara Ferraz (que esteve na frente de trabalho), contam que a Funai preparou um projeto único para implantar em todas as comunidades. Mas garantem que cada um dos dez grupos indígenas precisa de tratamento específico, pois tem cultura e realidade diferentes. Para os três antropólogos, o projeto é completamente inadequado.

— Estive com os paracanãs — diz Iara Ferraz. — Como eles praticamente não tiveram contato com o homem branco, precisam de muita atenção. Morrem quando pegam uma simples gripe. Aí, se aparece um caso, a Funai administra altas doses de antibióticos, remédios que não são para o organismo deles. Houve uma epidemia de malária que atacou 208 dos 272 xicrins. Eles pegaram a doença de trabalhadores de uma olaria administrada pela Funai. O interessante é que nós, antropólogos, precisamos de fazer os mais variados exames de saúde para entrar nas áreas indígenas, enquanto os trabalhadores levam malária e outras doenças impunemente.

Ione de Freitas conta que entre os paracanãs não existia a malária. Depois de abril do ano passado foram verificados entre três e quatro casos por dia, uma média de 100 mensais. “Por que, ao invés de comprar equipamentos agrícolas caros, a Funai não se preocupa em dedetizar as casas, instalar mosquiteiros e preparar uma pessoa para realizar exames de lâmina preventivos, que são exames simples de serem feitos?” “questiona.

— Os índios precisam participar das decisões sobre seu futuro — enfatiza Iara Ferraz. Os gaviões, por exemplo, autoadministram suas finanças, têm caderneta de poupança, no Banco do Brasil, e vendem castanhas. Mas a Funai não quer destinar recursos para eles mesmos executarem seus projetos. Há muitas incoerências: os xicrins tiveram suas terras demarcadas em uma área dominada por um grileiro poderoso, logo, são vítimas de violências. Os apinajés estão numa situação pior. Sua área é de maior conflito, recebem pressões de fazendeiros, grileiros e políticos do Norte de Goiás.

HELOÍSA MAGALHÃES